



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2016.

São Paulo, 17 de maio de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015			29/02/2016	28/02/2015		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	352.519	225.985	441.377	243.978	Fornecedores		243.689	217.686	460.571	418.607
Aplicações financeiras	5	30.378	52.990	50.666	134.830	Empréstimos e financiamentos	13a	147.396	84.969	367.781	167.394
Contas a receber de clientes	6	393.099	413.479	615.038	575.326	Debêntures	13b	209.125	172.878	209.125	172.878
Estoques	7	340.579	366.849	857.640	644.975	Partes relacionadas	14	28.964	29.860	7.640	6.241
Impostos a recuperar	8	105.802	109.370	117.705	122.793	Obrigações sociais		26.801	9.905	35.890	18.290
Partes relacionadas	14	7.664	13.513	23.555	13.362	Impostos a recolher		22.479	4.626	54.030	27.464
Outros créditos		45.075	15.064	75.671	33.150	Provisão para férias e encargos		14.870	13.385	24.642	24.017
Despesas em exercício seguinte		5.660	4.930	9.152	9.288	Programa de parcelamento especial	16	9.782	25.950	9.964	10.173
Total do ativo circulante		1.280.776	1.202.180	2.190.804	1.777.702	Dividendos a pagar		-	71.239	-	71.239
Não circulante						Títulos a pagar		-	71.239	-	71.239
Aplicações financeiras	5	-	16.872	74	16.936	Outras contas a pagar		20.644	7.644	74.015	32.836
Impostos a recuperar	8	3.518	2.798	3.518	2.798	Total do passivo circulante		723.570	648.123	1.243.648	975.089
Partes relacionadas	14	11.713	-	7.150	5.171	Empréstimos e financiamentos	13a	403.951	271.988	578.460	436.141
Estoques	7	16.991	-	16.991	-	Debêntures	13b	334.827	517.967	334.827	517.967
Depósitos judiciais	15	4.878	4.953	4.949	5.028	Programa de parcelamento especial	16	54.748	70.089	55.794	71.316
Outros créditos		112	16.358	6.012	16.888	Imposto de renda diferido	18b	67.379	46.588	87.669	56.766
Investimentos	10	37.212	40.981	38.694	46.821	Provisão para demandas judiciais	15	13.830	9.872	14.808	11.126
Imobilizado	11	972.597	760.070	20.936	20.271	Outras contas a pagar		-	53.488	160	53.599
Intangível	12	516.269	531.627	897.619	830.847	Total do passivo não circulante		874.735	969.992	1.071.718	1.146.915
Total do ativo não circulante		1.744.147	1.559.689	1.551.000	1.488.056	Patrimônio líquido					
						Capital social	17	527.428	527.428	527.428	527.428
						Reservas de lucros	17	430.780	320.061	430.780	320.061
						Ajuste de avaliação patrimonial	17	468.230	296.265	468.230	296.265
						Total do patrimônio líquido		1.426.438	1.143.754	1.426.438	1.143.754
						Total do passivo e do patrimônio líquido		3.024.923	2.761.869	3.741.804	3.265.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

Receita líquida de vendas e serviços	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Custos das vendas e serviços	25	2.939.505	2.605.264	4.228.949	3.675.782
Lucro bruto	26	(2.066.188)	(1.985.545)	(3.194.800)	(2.824.365)
Recargas (despesas) operacionais		733.317	619.719	1.034.149	851.417
Despesas com vendas	26	(293.574)	(286.837)	(444.430)	(402.099)
Despesas gerais e administrativas	26	(171.970)	(132.226)	(227.081)	(173.907)
Resultado de equivalência patrimonial	10	36.569	40.606	(5.657)	(303)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(19.547)	7.492	(19.253)	9.916
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		284.795	248.754	337.156	285.024
Despesas financeiras	19	(180.566)	(175.328)	(227.905)	(204.067)
Recargas financeiras	19	54.250	64.721	71.960	75.798
Imposto de renda dos impostos		158.479	138.147	181.211	156.755
Corrente	18	(26.912)	(3.009)	(40.944)	(16.898)
Diferido	18	(20.791)	(30.178)	(29.491)	(34.897)
Total imposto de renda e contribuição social		(47.703)	(33.187)	(70.435)	(51.795)
Lucro líquido do exercício		110.776	104.960	110.776	104.960
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social - R\$		0,98	0,93		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Outros resultados abrangentes:					
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras		-	-	175.598	79.084
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		-	-	286.734	184.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Lucro líquido do exercício		110.776	104.960	110.776	104.960
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	(36.569)	(40.606)	5.657	303	
Encargos financeiros provisionados	155.992	141.456	181.129	163.231	
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	1.079	(4.541)	1.551	(4.551)	
Provisão (reversão) para descontos	12.865	(2.159)	12.865	(2.159)	
Provisão para demandas judiciais	3.958	1.821	3.682	1.536	
Impostos diferidos	20.791	30.178	29.491	34.897	
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	4.863	3.300
Depreciações	44.680	44.881	77.105	67.414	
Amortizações	8.608	8.263	8.650	8.849	
Baixa intangível	3.081	-	3.082	-	
Baixa bens do imobilizado	9.025	(251)	13.611	(2.500)	
		334.286	284.002	452.462	375.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.226.887	2.848.347	4.632.791	4.091.377	
Outras receitas	4.828	12.051	16.663	18.067	
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(1.847)	10	(3.268)	(6.333)	
	3.229.868	2.860.408	4.646.186	4.108.811	
Consumos adquiridos de terceiros	(1.885.824)	(1.712.225)	(2.804.201)	(2.577.395)	
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(474.875)	(436.463)	(655.973)	(580.207)	
Materiais, energia, serviços terceiros, outros	(24.376)	(4.559)	(36.465)	(8.140)	
Outros	(2.385.075)	(2.153.247)	(3.496.639)	(3.165.742)	
Valor adicionado bruto	844.811	707.161	1.149.547	943.069	
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	(53.288)	(53.144)	(85.755)	(76.263)	
	(53.288)	(53.144)	(85.755)	(76.263)	
Valor adicionado líquido produzido	791.523	654.017	1.063.792	866.806	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	36.569	40.606	(5.657)	(303)	
Receitas financeiras	54.250	64.722	71.960	75.799	
	90.819	105.328	66.303	75.496	
Valor adicionado total a distribuir	882.342	759.345	1.130.095	942.302	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	129.670	121.775	243.983	208.668	
Benefícios	53.466	40.769	68.331	55.903	
FGTS	15.202	12.520	15.202	12.520	
Outros	45.387	34.118	45.428	34.217	
	243.725	209.162	372.944	311.308	
Impostos, taxas e contribuições					
Federal	104.165	64.958	128.447	84.752	
Estaduais	225.655	190.062	266.707	219.026	
Municipais	2.545	2.816	8.053	5.913	
	332.365	257.836	403.207	309.691	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	180.566	175.328	227.905	204.067	
Aluguéis	14.910	12.057	15.263	12.726	
	195.476	187.385	243.168	216.793	
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	-	-	25.950	-	
Lucros retidos do exercício			110.776	104.960	
	110.776	104.960	110.776	104.960	
	882.342	759.345	1.130.095	942.302	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Tributação	Nota	Controladora		Consolidado	
		29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Preços		4%	4%	3%	3%
Máquinas e Equipamentos		11%	10%	7%	7%
Máquinas e Equipamentos Leasing		10%	7%	10%	10%
Móveis e Utensílios		19%	20%	19%	20%
Instalações		8%	8%	8%	8%
Beneficiárias		4%	4%	4%	4%
Computadores e Periféricos		20%	20%	20%	20%
Item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Não houve alteração nas taxas praticadas no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016 em relação às taxas praticadas no exercício anterior.					
2.16. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo são necessários para trazer um ativo a condição de ser utilizado para fins de venda ou consumo e são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.					
2.17. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para aqueles intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:					
Software		20%	20%	20%	
Relacionamento com clientes - aquisição Coqueiro		20%	20%	20%	
Relacionamento com clientes - aquisição Docelar		17%	17%	17%	
Contrato de não competição - aquisição Docelar		20%	20%	20%	
Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Saldo em 28 de fevereiro de 2014	Nota	Capital		Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados		Total
		29/02/2016	28/02/2015	Subvenções para investimentos	Reserva legal	Lucros a distribuir	Lucros acumulados	Lucros acumulados	Lucros acumulados			
Varição cambial sobre investimentos no exterior	10	-	-	333	23.237	-	-	221.267	-	-	985.993	985.993
Realização depreciação do valor justo, líquido de impostos	17e	-	-	-	-	-	-	79.084	-			



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são tratadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil é indefinida para definida e feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados de acordo com a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. **2.19. Provisões:** Geral: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um líquido é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis. Provisões são classificadas quando sua realização ou liquidação é provável que ocorrerá nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.20. Debêntures:** Inicialmente registradas pelo seu valor justo de mercado de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.21. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão que concedeu o benefício e de que serão recebidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, a subvenção governamental da unidade de Pernambuco não foi reconhecida devido estar em processo de renovação. **2.22. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. **2.23. Benefícios mercantis financeiros:** Quando a transação em si transmite todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos indiretos incorridos na redução. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e transação de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, quando existentes, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.24. Benefícios financeiros:** Benefícios financeiros concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.24. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03-R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 e apresentada como informação suplementar. **2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia está avaliando os eventuais impactos de adoção inicial das normas e, exceto pelas IFRS 9, 15 e 16, listadas abaixo, não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações financeiras individuais. **2.26. Normas em vigor:** 01/01/2018: Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (Vigência a partir de 01/01/2017): O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019): A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes a cerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, essas operações. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

3. JÚRGAMENTOS, ESTIMATIVAS, PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo reconhecido em exercícios futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos. **Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis:** A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Impostos:** Existem incertezas em relação à interpretação e regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas. **Valor Justo de Instrumentos Financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Disponibilidades e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Disponibilidades	2.055	70.625	20.736	70.736
Aplicações financeiras	350.444	223.241	370.752	223.242
	352.519	225.985	441.377	243.978

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 100,39% em 28 fevereiro de 2015 do CDI sendo resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

As aplicações financeiras estão representadas por investimentos em renda fixa lastreadas ao rendimento médio de 100,86 do CDI (102,5% em 28 fevereiro 2015), e são registradas ao valor justo por meio do resultado, as quais possuem cláusulas de carência de liquidez.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Títulos a vencer	409.362	419.526	592.767	549.391
Títulos vencidos até 30 dias	2.408	8.207	31.224	28.208
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	1.250	771	6.231	4.251
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.124	590	2.393	2.989
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.257	3.128	12.553	7.946
	421.041	429.222	645.168	592.785
Descontos contratados	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)
Ajuste a valor presente	-	(1.745)	-	(1.745)
	393.099	413.479	615.038	575.326

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Descontos contratados	(9.109)	(11.268)	(9.109)	(11.268)
Saldo no início do exercício	(12.865)	2.159	(12.865)	2.159
Saldo no final do exercício	(21.974)	(9.109)	(21.974)	(9.109)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.889)	(9.430)	(6.605)	(11.156)
Saldo no início do exercício	(2.926)	-	(3.398)	-
Adições	1.847	4.541	1.847	4.551
Baixas	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)
Saldo no final do exercício	(5.968)	(4.889)	(8.156)	(6.605)

7. ESTOQUES:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Produto acabado	112.969	116.445	250.681	186.067
Matéria-prima	63.187	82.093	208.486	141.652
Material de embalagem	49.465	30.713	59.949	37.496
Adiantamento a fornecedores	121.930	130.317	299.736	230.688
Outros	10.019	7.281	55.779	49.072
	357.570	366.849	874.631	644.975

Parcela classificada no circulante

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Parcela não circulante	(340.579)	(366.849)	(857.640)	(644.975)

Os estoques estão segregados contra incertezas e riscos diversos. Sua cobertura é determinada em função dos valores de mercado. Detalhes das coberturas são indicadas na Nota 24. Os principais movimentos ocorreram em fevereiro 2016 estão relacionados a compra antecipada da safra de arroz no Chile e Uruguai.

O saldo de adiantamentos a fornecedores e produtores referem-se a adiantamentos efetuados a cooperativas, companhias produtoras de arroz e produtores independentes para assegurar a compra de arroz, dos quais R\$16.991 estão classificados no ativo não circulante.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
ICMS e IVA a recuperar	7.279	3.649	14.824	13.745
PIS e COFINS a recuperar	74.882	74.370	74.882	74.370
Imposto de renda retido na fonte	17.908	9.073	22.265	12.399
Imposto a recuperar	6.820	13.651	6.820	13.651
Outros	2.431	11.425	2.432	11.426
	109.302	112.168	121.223	125.591
Parcela classificada no circulante	105.820	109.370	117.705	122.793
Parcela não circulante	3.518	2.798	3.518	2.798

O ICMS e IVA a recuperar está representado por montantes a recuperar que referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e suas controladas, podendo ser compensados com futuros débitos de mesma natureza. No Brasil, os créditos acumulados também podem ser vendidos a terceiros, desde que observadas certas condições. A Companhia possui, também um saldo a recuperar de ICMS de R\$25.634, advindo da aquisição da Docelear, o qual apresenta uma provisão para perdas de igual valor, devido à baixa probabilidade de recuperação dos referidos créditos. Na controladora, o PIS e o COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia, a créditos introduzidos (em Lei nº 10.925/04 (a mesma Lei regulamenta a utilização destes créditos) e créditos referentes ao arto arbitramento, realizado pela Femepe Indústria e Comércio S.A., nos períodos de 2005 a 2009. É objeto de estudo por parte da administração da Companhia a forma de utilização desses valores, não sendo esperadas perdas na realização dos referidos créditos. A Femepe Indústria e Comércio S.A. foi incorporada pela Camil Alimentos S.A. em 1º de novembro de 2011. O imposto de renda retido na fonte (IRRF) refere-se, substancialmente, a resgate de aplicações financeiras.

9. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS: a) Romero Trading S.A.: No dia 19 de setembro de 2014, ocorreu a assinatura do contrato de compra e venda de ações entre a Camil e os acionistas Romero Trading S.A., no valor de R\$ 57.654 (USD 22.520 na data da transação) que previa a aquisição, por meio de sua controlada Camil Peru, da totalidade das ações representativas do capital social de referida sociedade. O fechamento da aquisição estava sujeito a condições precedentes costumeiras em operações desta natureza, a qual foi efetivada no dia 28 de novembro de 2014 com o pagamento da contraprestação no valor de R\$56.279, a qual teve uma redução de preço de R\$ 1.375 (USD537) relativa aos valores justos identificados. A Companhia concluiu o processo de identificação do valor justo dos ativos e passivos da Romero Trading S.A., o qual está apresentado a seguir:

	Q\$ mil
Caixa	3.612
Contas a receber	13.205
Estoques	7.657
Impostos a recuperar	5.515
Outras contas	4
Imobilizado	8.835
Intangível	21.800
Total dos ativos	60.836
Passivos	
Fornecedores	5.757
Impostos e contribuições	893
Empréstimos	18.279
Outros passivos	2.682
Total dos passivos	27.611
Total dos ativos identificáveis líquidos	33.025
(-) Valor da contraprestação	56.279
Ágio apurado	23.254
Custos relacionados a aquisição	119

Os custos relacionados à aquisição no valor de R\$119 foram reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de despesas administrativas. No dia 29 de fevereiro de 2015, a Costeio Alimentos S.A.C. incorporou a Romero Trading S.A.

11. IMOBILIZADO - Controladora

	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 28/02/2015	70.160	240.360	510.539	9.926	45.502	15.545	898.032
Aquisições	84	427	3.218	-	32.821	1.729	38.347
Baixas	-	-	(19.245)	-	-	(2.262)	(21.417)
Transferências	-	10.083	15.276	(7.891)	(18.420)	452	-
Saldo em 29/02/2016	70.244	250.870	510.288	2.035	59.903	21.568	914.908
Depreciação	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 28/02/2015	-	(77.607)	(273.608)	-	-	-	(15.190)
Depreciação	-	(7.449)	(35.588)	-	-	-	(1.673)
Baixas	-	-	11.373	-	-	-	1.073
Transferências	-	305	(302)	-	-	-	(3)
Saldo em 29/02/2016	-	(84.751)	(298.095)	-	-	-	(15.793)
Saldo em 28/02/2015	70.160	166.753	236.931	9.926	45.502	6.355	531.627
Saldo em 29/02/2016	70.244	162.159	232.193	2.035	59.903	5.775	516.269
Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 28/02/2015	108.643	367.363	842.402	13.245	60.909	66.570	1.459.132
Variação cambial	12.618	35.742	105.049	152	3.622	2.015	159.198
Aquisições	355	3.248	4.519	607	68.968	3.935	81.632
Baixas	-	(89)	(21.177)	-	(325)	(3.216)	(28.026)
Transferências	-	16.347	31.602	(7.891)	(41.605)	1.547	-
Saldo em 29/02/2016	121.616	422.611	962.395	2.894	91.569	70.851	1.671.936
Depreciação	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 28/02/2015	-	(124.194)	(473.254)	-	-	-	(30.837)
Variação cambial	-	(13.268)	(69.279)	-	-	-	(795)
Depreciação	-	(10.425)	(59.617)	-	-	-	(7.063)
Baixas	-	(5)	13.140	-	-	-	1.280
Transferências	-	305	(305)	-	-	-	-
Saldo em 29/02/2016	-	(147.587)	(589.315)	-	-	-	(37.415)
Saldo em 28/02/2015	108.643	243.169	369.148	13.245	60.909	35.733	830.847
Saldo em 29/02/2016	121.616	275.024	373.080	2.894	91.569	33.436	897.619

As obras em andamento referem-se, substancialmente, à ampliação da capacidade de armazenagem. Foram oferecidos bens do ativo imobilizado, registrados à rubrica "Máquinas e equipamentos", em garantia de operações de financiamento (vide nota 14a). O saldo devedor da controladora destes contratos de financiamento, em 29 de fevereiro de 2016 totaliza R\$78.058 (R\$114.793 no consolidado). As operações da controladora foram realizadas com o Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., e com o Banco ABC Brasil S.A. As operações das controladas foram realizadas com os bancos Banco FIDIS S.A., Banco Mercedes-Benz, Caixa Econômica Federal BROU - Banco de la Republica Oriental de Uruguay, Banco Itaú, Banco HSBC, DEG Bank - Banco de fomento do governo alemão, Banco Santander e com o Banco Safra. O cronograma de vencimentos destes contratos é assim demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	29/02/2016	29/02/2016
2017	15.117	34.748
2018	10.163	18.767



CAMIL ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 64.904.295/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 29 DE FEVEREIRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Despesa por Compra de Arroz Beneficiado				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	13.517	32.686	-	-
Empresas Tucapel S.A.	-	5.479	-	-
Despesas de Aluguel				
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	10.045	6.825	10.045	6.825
Despesas com frete				
Ciclo Logística Ltda.	64.522	49.493	-	-
Tzar Logística Ltda.	45	-	45	-
Despesas (receitas) com irrigação				
Comisaco S.A.	-	-	677	21
Climuy S.A.	-	-	943	921
Despesas com energia elétrica				
Galofers S.A.	-	-	1.408	1.394
Despesas com parboilização de arroz				
Arrozuz S.A.	-	-	16.174	16.152
Despesas com serviços portuários				
Tacu S.A.	-	-	9.077	8.847
Total despesas	88.129	94.483	38.369	34.160

As transações de compras realizadas com nossa controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) referem-se à compra de arroz para abastecer a região Nordeste do Brasil. Os pagamentos são, substancialmente, efetuados de forma antecipada. As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se, substancialmente, a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales. O prédio e terreno onde está situada a Unidade Produtiva do Estado de São Paulo e a unidade produtiva de Campo Grande, no Estado do Rio de Janeiro, pertencem à Q4 Empreendimentos e Participações Ltda., parte relacionada, que cobra aluguel de R\$523 e R\$450 (R\$475 e R\$105 em 28 de fevereiro de 2015) ao mês com vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente, respectivamente. As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes. a) **Avalis concedidos:** A S.A. Molinos Arroceros Nacionales é garantidora das seguintes operações: Empresas relacionadas:

	29/02/2016		28/02/2015	
Em operações de empréstimos bancários				
Arrozuz S.A.	4.504	6.463	-	-
Comisaco	3.376	3.994	-	-
Galofers S.A.	24.073	26.551	-	-
	31.953	37.008	-	-

	29/02/2016		28/02/2015	
Produtores de arroz:				
Em operações de empréstimos bancários	13.270	2.079	-	-
Em operações com fornecedores	3.275	2.748	-	-
	16.545	4.827	-	-

b) **Remuneração da Administração:** No exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, a remuneração dos administradores e Conselheiros Independentes totalizou R\$8.260 (R\$10.486 em 28 de fevereiro de 2015), e está apresentada na rubrica despesas administrativas na demonstração do resultado. A Companhia não tem como política pagar às pessoas-chave da administração remunerações relativas a: 1) Benefícios de longo prazo; 2) Benefícios de rescisão de contrato de trabalho; 3) Outros benefícios/remuneração; 4) Benefícios pós-emprego; e 5) Remuneração baseada em ações.

15. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS: a) **Riscos prováveis:** A Companhia tem diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Administração mantém registrada provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis com esses processos. A provisão para riscos é assim formada:

	Controladora			
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível
Em 28 de fevereiro de 2015	9.187	273	323	9.872
Adições	3.546	-	111	3.625
Baixas	(3.067)	-	(189)	(3.324)
Em 29 de fevereiro de 2016	9.666	273	11	13.880

	Consolidado			
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível
Em 28 de fevereiro de 2015	10.441	273	89	11.126
Adições	3.943	-	111	3.273
Baixas	(3.740)	-	(189)	(3.999)
Em 29 de fevereiro de 2016	10.644	273	11	14.808

	Controladora			
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível
Em 28 de fevereiro de 2015	(652)	(3.572)	-	(729)
Adições	(830)	(6)	-	(836)
Baixas	153	99	-	719
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.329)	(3.539)	-	(10)

	Consolidado			
	Trabalhista	Tributária	Ambiental	Cível
Em 28 de fevereiro de 2015	(727)	(3.572)	-	(729)
Adições	(848)	(6)	-	(854)
Baixas	175	39	-	719
Em 29 de fevereiro de 2016	(1.400)	(3.539)	-	(10)

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. Os consultores jurídicos consideram que não haverá desembolsos relevantes em função dos temas em discussão e do histórico da Companhia e suas controladas nestes tipos de ação. b) **Riscos possíveis:** A Companhia está envolvida em processos que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos consultores jurídicos e aspectos legais não requerem o registro de provisões. (i) A Companhia é ré em ação de cobrança número 0100208-33.2013.8.19.0001, em trâmite pela 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro-RJ, movida pela empresa Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (SAAL), no valor histórico de R\$6.553, valor atual aproximado de R\$10.957 (correção monetária e juros), em decorrência de suposto descumprimento, pela Camil, de contrato de prestação de serviços de tratamento de efluentes industriais, na unidade de São Gonçalo/RJ. O Processo foi julgado improcedente, e aguardamos eventual interposição de recurso da outra parte. (ii) Em novembro de 2010, foi lavrado contra a Companhia auto de infração para cobrança de imposto de importação, acrescido de juros de mora e multa no valor total de aproximadamente R\$ 12.183, processo 10480.723715/2010-12, por alegada importação de arroz com classificação fiscal incorreta e consequente recolhimento do imposto de Importação a menor. Protocolado recurso voluntário, o qual aguarda julgamento. (iii) Em 2007, as autoridades fiscais do Estado de São Paulo lavraram auto de infração contra a Companhia, objetivando a cobrança de ICMS por suposto recolhimento a menor, em função da escrituração de créditos supostamente indevidos, correspondentes à diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais, à alíquota de 12%, e o imposto efetivamente pago no Estado de origem, Rio Grande do Sul, calculado à alíquota de 5% por força de benefício fiscal. O valor atualizado desta notificação é de R\$ 10.359, processo 054.8939-96.0089.26.0014. O processo aguarda apreciação do Juiz.

16. PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Parcelamento PAES				
Parcelamentos adicionais (a)	64.530	79.982	65.758	81.401
Circulante	(9.782)	(9.981)	(9.964)	(10.173)
Não circulante	54.748	70.089	55.794	71.316

a) **Parcelamentos adicionais:** Em 13 de novembro de 2009, a Companhia protocolou seu pedido de inclusão do saldo devedor do antigo programa de parcelamento especial no novo programa de parcelamento de débitos fiscais federais instituídos pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. Com base nos dispositivos da nova Lei e suas regulamentações o saldo devedor remanescente foi recalculado e sob ele aplicado às reduções previstas em lei. Adicionalmente, a Companhia optou pela existência de certos processos administrativos nos quais discutia notificações emitidas pelas autoridades fiscais por compensação de débitos fiscais de imposto de renda com créditos de PIS e COFINS, tendo incluído os valores devidos, também no parcelamento especial. Abaixo demonstramos os saldos deste parcelamento:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Saldo devedor original	95.039	95.039	95.039	95.039
Saldo incorporação Speed Transportes Ltda.	39.119	34.195	39.279	34.195
Juros e Atualizações	(66.054)	(45.678)	(66.406)	(45.679)
Amortizações ocorridas	(3.574)	(3.574)	(3.574)	(3.574)
Redução de multa e juros conforme Lei 11.941/09	64.530	79.982	65.758	81.401
(-) Parcela classificada como circulante	(9.782)	(9.981)	(9.964)	(10.085)
Passivo não circulante	54.748	70.089	55.794	71.316

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital social:** Em 29 de fevereiro de 2016, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 527.428, dividido em 112.986.740 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal. b) **Dividendos:** As ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, levantar demonstrações financeiras intercalares mensal, trimestral ou semestralmente e distribuir dividendos com base nas demonstrações financeiras intercalares, observados os limites legais.

	29/02/2016		28/02/2015	
Lucro do exercício	104.960	104.960	104.960	104.960
Reserva de lucros	3.993	4.086	3.993	4.086
Constituição de reserva legal	(5.539)	(5.248)	(5.539)	(5.248)
Base para cálculo do dividendo	109.200	103.798	109.200	103.798
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(25.950)	-	(25.950)
Dividendos complementares pagos	(4.050)	-	(4.050)	-

(%) de dividendos distribuídos 25%
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2016, decidiu-se pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016. c) **Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, que totaliza no exercício findo em 29 de fevereiro de 2016, o valor de R\$34.024 (R\$28.485 em 28 de fevereiro de 2015). d) **Reserva de retenção de lucros:** Será destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que aprovará as demonstrações financeiras de 29 de fevereiro de 2016.

DIRETORIA

LUCIANO MAGGI QUARTIERO - Presidente

e) Ajustes de avaliação patrimonial:

	Controladora e Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015
Varição cambial sobre investimentos no exterior	345.067	169.109
Reserva de ágio GIF Codajás	70.510	70.510
Custo atribuído	52.653	56.646
Ajuste de avaliação patrimonial	468.230	296.265
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a) Conciliação dos valores registrados ao resultado:		

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Imposto de renda	158.478	158.479	138.147	138.147
Contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(39.620)	(14.263)	(34.537)	(12.433)
Equivalência patrimonial	9.142	3.291	10.152	3.655
Exclusões (adições) permanentes	(4.598)	(1.655)	(18)	(6)
Valor registrado no resultado	(35.076)	(12.627)	(24.403)	(8.784)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	(47.703)	(12.627)	(33.187)	(8.784)
Alíquotas efetivas	-30,1%	-24,0%	-30,1%	-24,0%

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Resultado antes dos impostos	181.211	181.211	156.755	156.755
Alíquotas nominais *	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(45.303)	(16.309)	(39.189)	(14.108)
Equivalência patrimonial	(1.414)	(509)	(76)	(27)
Exclusões (adições) permanentes	(5.074)	(1.826)	1.180	425
Valor registrado no resultado	(51.791)	(18.644)	(38.085)	(13.710)
Imposto de renda e contribuição social pela taxa efetiva	(70.435)	(18.644)	(51.795)	(13.710)
Alíquotas efetivas	-39,9%	-33,0%	-39,9%	-33,0%

* Imposto de renda calculado à alíquota de 25% para as controladas sediadas no Uruguai, 22,5% para as sediadas no Chile, 30% para as sediadas no Peru e 35% para as sediadas na Argentina. Não há incidência de contribuição social nesses países. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.029	1.662	2.680	2.384
Provisão para comissões sobre vendas	384	451	384	451
Provisão para participação nos resultados	6.422	1.811	6.422	1.181
Provisão para perdas de ICMS	8.716	8.716	8.716	8.716
Ajuste a valor presente	-	593	-	593
Provisão para demandas judiciais	4.609	3.264	4.609	3.264
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	2.760	-	2.760
Créditos diferidos sobre ágio GIF Codajás *	25.854	39.956	25.854	39.956
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	-	18.773	-	18.773
Ajuste a valor sobre ativo fixo	-	-	-	6.271
Outras provisões temporárias	10.668	6.146	13.525	5.727
Total	58.682	83.502	62.190	91.436

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Diferença temporária passiva				
Diferimento depreciação inovação tecnológica	489	608	489	608
Diferimento pagamentos CSLL (MP219)	4.708	5.901	4.708	5.901
Outros	-	7.845	-	7.845
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	5.092	-	5.092	-
Sobre alocação a intangíveis	44.358	47.011	53.411	51.307
Sobre alocação a imobilizados	20.470	22.100	27.370	22.100
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	50.944	54.470	50.944	54.470
Total	126.061	130.090	149.859	148.202

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	67.379	46.588	87.669	56.766
Passivo não circulante	-	-	-	-

(*) Os créditos tributários por incorporação referem-se ao futuro benefício de imposto de renda e contribuição social, com base na amortização contábil e fiscal de ágio incorporado. Em 1º de dezembro de 2012, a GIF Codajás Participações S.A. (GIF Codajás), empresa que detinha participação no capital social da Camil, foi incorporada pela Camil Alimentos S.A., como mencionado na Nota 18.a. O ágio pago por GIF Codajás, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, foi incorporado pela Camil, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal. c) **Reconciliação imposto de renda e contribuição social diferidos lançado no resultado:**

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Ativo diferido	58.682	83.502	(24.820)	(24.820)
Passivo diferido	(126.061)	(130.090)	4.029	4.029
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício	-	-	(20.791)	(20.791)

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Ativo diferido	62.190	91.436	(29.246)	(29.246)
Passivo diferido	(149.859)	(148.202)	1.657	1.657
	(30.903)	(30.903)	1.412	1.412
Varição cambial	-	-	-	-
Impostos diferidos registrados no resultado do exercício	-	-	(29.491)	(29.491)

19. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2016	28/02/2015	29/02/2016	28/02/2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(155.992)	(141.456)	(181.129)	(163.231)
IOF	(271)	(292)	(575)	(578)
Varição cambial	(9.135)	(860)	(21.214)	(7.007)
Varição monetária				